

CAEDU Comércio
Varejista de
Artigos do
Vestuário S.A.

**Demonstrações financeiras
dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Relatório de Administração 2024

O ano de 2024 foi desafiador para o varejo e para a Caedu, refletindo um cenário macroeconômico de desaceleração, com ajustes nas condições de crédito e maior seletividade no consumo devido às incertezas. Esse ambiente econômico exigiu uma gestão ainda mais rigorosa para garantir eficiência e rentabilidade.

Em relação ao desempenho comercial, enfrentamos um primeiro semestre impactado por temperaturas mais altas do que o esperado, o que afetou negativamente as vendas de inverno. Esse fator exigiu ajustes na estratégia comercial, como uma gestão precisa dos estoques e uma execução eficiente do markdown, garantindo que as mercadorias fossem vendidas no momento certo, sem comprometer excessivamente a margem. A implementação de estratégias dinâmicas de precificação e a reação rápida ao comportamento do consumidor nos permitiram minimizar os impactos da sazonalidade adversa e manter um fluxo saudável de mercadorias nas lojas.

Nossa operação de concessão de crédito, através do Cartão Caedu, manteve-se relevante, representando 30% das vendas no ano. Entretanto, observamos um aumento na inadimplência devido ao endividamento das famílias, o que nos levou a reforçar as análises de risco e as estratégias de cobrança para garantir a saúde financeira do nosso ecossistema de crédito.

Mesmo em um cenário complexo, a Caedu realizou sua segunda emissão de debêntures no montante de R\$ 195.000.000,00, com prazo de 7 anos e 18 meses de carência.

Seguimos comprometidos com nossa estratégia comercial, baseada em oferecer produtos de primeiro preço e fortalecer nossa proposta de valor para o público da classe C. A jornada do cliente continua sendo uma prioridade para a Caedu. Mantivemos investimentos em visual merchandising, oferecendo um ambiente de compra atrativo e organizado. Também aprimoramos nossa estratégia omnichannel, ampliando a capacidade de entrega e fortalecendo o clique & retire.

No âmbito da expansão, alcançamos um marco importante ao inaugurar 17 novas lojas no ano, o maior volume de aberturas da nossa história em um período de 12 meses. Dessas inaugurações, 9 foram em shoppings, reforçando nossa estratégia de crescimento nesse formato. Expandimos significativamente nossa presença em Minas Gerais, com 5 novas lojas, e no Distrito Federal, onde marcamos forte atuação com unidades nos shoppings JK, Santa Maria, e nas lojas de rua em Ceilândia e Taguatinga. Para 2025, continuaremos priorizando oportunidades alinhadas ao nosso modelo de viabilidade, que visa eficiência operacional, rápido retorno do investimento e margens saudáveis de EBITDA.

Em relação à gestão de despesas, reforçamos as iniciativas de revisão de contratos e otimização de custos operacionais. Continuamos trabalhando com o controle matricial de despesas, garantindo maior eficiência. Fomos ágeis em reagir ao impacto negativo do inverno, construindo um plano de recuperação que nos permitiu atingir os resultados esperados no ano.

Mantivemos um controle rigoroso do fluxo de caixa, com monitoramento contínuo dos principais indicadores de endividamento, priorizando a redução dos múltiplos de dívida e a eficiência na alocação de capital. Essa abordagem estratégica nos permite ajustar investimentos e otimizar as alavancas de capital de giro, garantindo liquidez adequada, maior previsibilidade financeira e um crescimento sustentável.

Para 2025, permanecemos comprometidos em manter um modelo de negócio resiliente, focado na rentabilidade e na melhor experiência de compra para nossos clientes. Nossos avanços só foram possíveis graças ao empenho de toda a equipe Caedu, que segue dedicada em construir um varejo forte e conectado às necessidades do consumidor brasileiro.

Seguimos confiantes nos próximos passos, com foco na eficiência operacional, aprimoramento da experiência do cliente e estratégias comerciais assertivas para garantir a sustentabilidade do nosso crescimento.

Luciene da Palma Pedroso
Presidente

Aldemir Vicente de Lima
Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Quotistas e Diretores da
Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.* (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.* em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

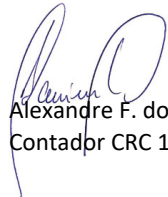
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre F. do Nascimento
Contador CRC 1SP237177/O-3

CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de de 2024 e 2023

(em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	124.343	119.646	Fornecedores (reapresentado)	20	108.246	71.535
Contas a receber	7	160.791	139.272	Empréstimos e financiamentos	18	24.923	96.857
Estoques	8	148.258	120.472	Debêntures	19	16.267	23.797
Adiantamentos	9	6.466	7.612	Salários, provisões e encargos sociais a pagar	21	26.821	26.818
Impostos a recuperar	10	2.411	9.172	Impostos e contribuições a recolher	22	52.588	51.290
IRPJ e CSLL a compensar		4.596	3.226	Imposto de renda e contrib. social a recolher	12	7.328	11.984
Despesas antecipadas		268	186	Passivo de arrendamento	17	59.607	53.344
Outros ativos	14	9.592	11.665	Partes relacionadas	24	21.882	22.138
		456.725	411.251	Lucros a distribuir		1.479	1.479
				Adiantamentos de clientes		4.711	4.250
				Swap a pagar	32	-	3.311
				Outros passivos (reapresentado)	23	35.699	42.857
						359.551	409.660
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Aplicações financeiras	6	5.826	31.826	Empréstimos e financiamentos	18	41.488	69.911
Partes relacionadas	24	3.345	-	Debêntures	19	176.387	45.352
Depósitos judiciais	25	1.822	1.969	Passivo de arrendamento	17	160.846	176.562
Investimentos	11	1.592	1.524	Impostos e contribuições a recolher	22	36.953	31.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	22.117	39.128	Provisão para contingências	25	9.096	7.915
Imobilizado	15	122.967	91.170			424.770	331.185
Intangível	16	10.062	1.609	Patrimônio Líquido			
Direito de uso	17	189.089	200.510	Capital social	26	47.545	47.545
		356.820	367.736	Reserva de capital		4.543	4.543
				Ajuste de avaliação patrimonial		474	474
				Prejuízos acumulados		(23.338)	(14.420)
						29.224	38.142
Total do Ativo		813.545	778.987	Total do Passivo e do Patrimonio Líquido		813.545	778.987

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional líquida	27	719.229	670.414
Custo das mercadorias vendidas	28	(366.004)	(345.168)
Lucro Bruto		<u>353.225</u>	<u>325.246</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	29	(31.587)	(32.315)
Despesas comerciais	29	(265.577)	(237.643)
Resultado de equivalência patrimonial	11	68	194
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	6.329	576
Lucro operacional		<u>62.458</u>	<u>56.058</u>
Receitas financeiras	31	32.394	33.390
Despesas financeiras	31	(85.457)	(82.204)
Resultado financeiro líquido		<u>(53.063)</u>	<u>(48.814)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>9.395</u>	<u>7.244</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(1.302)	(6.523)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	13	(17.011)	8.656
Prejuízo do exercício		<u>(8.918)</u>	<u>9.377</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(8.918)</u>	<u>9.377</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(8.918)</u>	<u>9.377</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		47.545	4.543	727	(24.050)	28.765
Realização do AAP - Imobilizado		-	-	(253)	253	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.377	9.377
Saldos em 31 de dezembro de 2023		47.545	4.543	474	(14.420)	38.142
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(8.918)	(8.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		47.545	4.543	474	(23.338)	29.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(8.918)	9.377
Ajustes por:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social	18.313	(2.133)
Reversão (provisão) para perdas no estoque varejo	1.356	3.599
Depreciação e amortização	76.772	77.722
Valor residual de baixa de ativo imobilizado e intangível	1.680	481
Descontos sobre arrendamento	-	(504)
Juros sobre arrendamento	28.430	19.073
Juros sobre debêntures	17.693	13.696
Juros sobre empréstimos de financiamento	14.393	21.615
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	5.534	(2.116)
Custo na emissão de debêntures	1.203	337
Resultado de equivalência patrimonial	(68)	(194)
Juros passivos sobre operação de mútuo	3.079	3.330
Juros ativos sobre operação de mútuo	(203)	-
Baixas líquidas de contrato de arrendamento	(1.150)	-
Provisão (reversão) líquida de contingências	1.181	1.489
	<u>159.295</u>	<u>145.772</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(21.519)	(1.345)
Estoques	(29.142)	(20.718)
Adiantamentos	1.146	10.050
Impostos e contribuições a recuperar	5.391	19.419
Outros ativos	2.138	3.192
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores (reapresentado)	36.711	(30.571)
Salários, provisão de férias e encargos sociais a pagar	3	3.298
Impostos e contribuições a recolher	4.896	23.947
Pagamentos do imposto de renda e contribuição social	(4.048)	(405)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.843)	(21.518)
Pagamento de juros sobre debêntures	(17.383)	(13.812)
Pagamentos de juros sobre mútuos	(2.023)	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(28.430)	(19.073)
Adiantamentos de clientes	461	(839)
Swap a pagar	(3.311)	2.202
Outros passivos (reapresentado)	(7.158)	36.832
Fluxo de Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>82.184</u>	<u>136.431</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(59.963)	(39.289)
Mútuo cedido a partes relacionadas	(3.644)	-
Recebimento de mútuos cedidos a partes relacionadas	502	-
Aplicações em letras financeiras do tesouro	-	(606)
Aporte de capital em empresa investida	-	(1.330)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(63.105)</u>	<u>(41.225)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento dos passivos de arrendamento	(55.621)	(65.528)
Aplicações financeiras, líquidas	26.000	(22.401)
Captação para futuros investimentos	-	(2.244)
Pagamentos de mútuos de partes relacionadas	(1.312)	-
Emissão de debêntures, líquidos dos custos de captação	191.992	-
Pagamento de principal de debêntures	(70.000)	(20.000)
Captação de empréstimos	60.521	114.900
Pagamento de principal de empréstimos	(165.962)	(58.164)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(14.382)</u>	<u>(53.437)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>4.697</u>	<u>41.769</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	124.343	119.646
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	119.646	77.877
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>4.697</u>	<u>41.769</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Tijuco Preto, nº 249, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 14 de janeiro de 1975, é uma Companhia de capital fechado. O controle da Companhia é exercido por uma *holding* denominada Gepalma Investimentos e Participações Ltda. e de cotistas domiciliados no País. A Companhia atua nos segmentos varejistas e atacadistas de artigos de vestuários e acessórios, comércio varejista e atacadista de calçados, organização logística do transporte de carga, com três centros de distribuição localizados um em Cajamar, na Grande São Paulo, e dois em Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com: 84 lojas e 1 centro de distribuição posicionadas em toda Grande São Paulo e interior do Estado de São Paulo, 9 lojas no Estado de Minas Gerais, 1 loja no Estado do Rio Grande do Sul, 2 lojas no Estado de Goiás, 4 lojas no Distrito Federal e 2 centros de distribuição no Estado de Santa Catarina, além do varejo on-line. A Companhia atua com foco nos mercados C e D na economia brasileira.

A Companhia possui quatro marcas próprias: RipTrip, RTP, John Vincent e Super Menswear.

1.1 Performance financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está apresentando capital circulante positivo de R\$ 97.174 (R\$ 1.591 em 2023), também prejuízo no exercício de R\$ 8.918 (lucro de R\$ 9.377 em 2023), isso está ligado a liquidação de operações de capital de giro de curto prazo e aumento nas despesas comerciais. No exercício de 2024, a Companhia apresentou lucro operacional de R\$ 62.458 (R\$ 56.058 em 2023). A geração de caixa operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 82.184 (R\$ 136.431 em 2023).

Com base nas análises efetuadas pela Administração da Companhia não foram identificados qualquer risco de continuidade operacional, considerando o cenário de projeção de fluxo de caixa. Mesmo considerando uma análise de pior cenário, em 31 de dezembro de 2024 não havia nenhum indicativo de que a Companhia não teria condições de continuar operando, pelo menos, pelos próximos 12 meses.

Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, que contempla a continuidade das operações, realização de ativos e satisfação de passivos e compromissos no curso normal dos negócios.

A Administração está monitorando rigorosamente as mudanças não esperadas que deterioram o ambiente econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

1.2 Retificação de erros

Durante o exercício de 2024, a Companhia identificou que contas a pagar com prestadores de serviços foram registradas na rubrica de fornecedores de mercadorias a pagar nas suas demonstrações financeiras de 2023. Conseqüentemente, o passivo relacionado foi apresentado a maior.

O erro foi corrigido pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anterior afetado.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

31 de dezembro de 2023	Nota	Impactos da retificação de erros		
		Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fornecedores (circulante)	20	105.070	(33.535)	71.535
Outros passivos (circulante)	23	9.322	33.535	42.857
Total de passivos		114.392	-	114.392

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2024.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

c. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 16** – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 8** - Provisão para perdas de estoques;
- **Nota explicativa 12** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa 14** - Definição de vida útil do ativo imobilizado; teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 15** - Definição de vida útil do ativo intangível;
- **Nota explicativa 24** - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 31** - Mensuração dos instrumentos financeiros derivativos.

e. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo de Nível 3, com reporte diretamente ao Diretor de Controladoria e Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs* para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* inobserváveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros.

f. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia nestas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

A Companhia opera com uma cadeia de lojas para a comercialização de mercadorias.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia, atendendo às normas do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for possível que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O reconhecimento da receita ocorre quando:

- A Companhia transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e cumpriu com todas as obrigações de desempenhos previstas;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os juros sobre aplicações financeiras, juros e multas recebidos ou auferidos e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. As receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida, ao VJORA - Instrumento patrimonial ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de

receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- Pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro

adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos

financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de **Instrumentos financeiros** s, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perda.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual, é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, líquidos de ajustes a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas são constituídas com base na análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na sua realização.

g. Estoques

Os estoques de mercadorias para revenda, materiais auxiliares e materiais de consumo estão avaliados pelo custo de aquisição, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. A provisão para perdas e obsolescência é constituída para os itens de estoque sem expectativa de movimentação ou realização por valor inferior ao custo acrescido das despesas para vender.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são:

	2024	2023
Benfeitorias em terceiros	4 a 10 anos	4 a 10 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	2 a 28 anos	2 a 28 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Aparelhos de comunicações	5 anos	5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos	5 anos
Expositores e manequins	3 a 14 anos	3 a 14 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de *softwares* e pontos comerciais, os quais são amortizados levando em conta a vida útil estimada.

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando:
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que esta espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas condições normais;
- Probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está

localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativo de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e será aplicável a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Este novo padrão introduz os seguintes requisitos principais:

- As entidades devem classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. Além disso, devem apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido, embora o lucro líquido das entidades permaneça inalterado.
- As medidas de desempenho definidas pela administração devem ser divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está avaliando o impacto do novo padrão sobre a forma de agrupamento das informações e divulgação nas demonstrações financeiras.

Outras Normas

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações no CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixas	3.499	1.818
Bancos	6.048	7.615
Aplicações	114.796	110.213
	<u>124.343</u>	<u>119.646</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por títulos de renda fixa com remuneração de 96% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 32.

6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras com vencimento de longo prazo são representadas da seguinte forma:

Banco	Tipo	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Itaú	CDB	De 97% CDI	-	2.559
Banco do Brasil	CDB	De 96% CDI	250	7.600
(a) Santander	CDB	De 100% CDI	2.694	3.176
Votorantim	CDB	De 99% CDI	-	5.464
Bacen	LFT	100% Selic	-	4.337
XP Investimentos	CDB	De 100,5% CDI	-	4.301
Banco Banrisul	CDB	De 100 a 102% CDI	186	1.419
(a) CEF	CDB	De 97% CDI	1.190	2.469
(a) BDMG	CDB	De 105% CDI	1.506	501
			5.826	31.826

- (a) As operações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são dadas em garantia em operações de empréstimos junto aos respectivos bancos. Os resgates antecipados das aplicações estão condicionados à quitação antecipada de empréstimos.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 32.

7 Contas a receber

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
(i) Cartões de crédito		25.391	21.526
Cartões de crédito - Partes relacionadas	24	132.141	114.639
Contas a receber		2.840	2.486
Outras contas a receber		416	621
Total		160.791	139.272

- (i) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas através dos cartões de crédito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto.

O prazo médio de recebimento de contas a receber é de 90 dias, na operação de atacado. Já na operação de varejo, é dividido pelas operadoras de cartões que é inferior a 58 dias.

Quando necessário, o ajuste a valor presente é calculado nas datas dos balanços para todas as contas a receber. Para o cálculo, é levado em consideração o prazo de realização do ativo, utilizando-se uma taxa de desconto, baseada na taxa média de encargos financeiros cobrados dos clientes finais, deduzido de seu risco de inadimplência.

Referente aos recebimentos dos cartões de crédito, tanto de terceiros como da Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda., a Administração entende que não há necessidade de reconhecimento de provisão sobre os recebíveis em aberto na data-base, pois no momento do repasse das Administradoras de cartão para a CAEDU há a transferência de 100% das vendas e, com isto, o risco de crédito é mantido com as administradoras de cartão. Em dezembro de 2024 houve antecipação do recebimento dos cartões de crédito com terceiros no montante de R\$ 49.565 (R\$ 47.066 em 31.12.2023).

8 Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Mercadoria para revenda varejo	121.799	97.851
Importações em andamento	24.859	24.119
Almoxarifado	2.956	2.031
Mercadoria em poder de terceiros	<u>-</u>	<u>7</u>
Subtotal	<u>149.614</u>	<u>124.008</u>
Provisão para perdas nos estoques	<u>(1.356)</u>	<u>(3.536)</u>
	<u>148.258</u>	<u>120.472</u>

Demonstramos abaixo a movimentação das perdas de estoques referentes a ajustes de inventário, margem negativa na realização e estoques sem movimentação a mais de 180 dias:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(3.536)	(3.080)
Provisão para perdas no estoque	(1.356)	(3.599)
Reversão da provisão para perdas no estoque	3.536	-
Ajustes de inventário	<u>-</u>	<u>3.143</u>
Saldo final	<u>(1.356)</u>	<u>(3.536)</u>

9 Adiantamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	3.877	5.625
Adiantamentos a fornecedores	1.913	1.277
Adiantamentos a empregados	650	685
Adiantamentos para viagens	<u>26</u>	<u>25</u>
	<u>6.466</u>	<u>7.612</u>

10 Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	1.814	5.014
ICMS	-	3.143
PIS	-	240
COFINS	-	771
INSS	597	-
(i) Crédito exclusão de ICMS sobre a base de PIS/COFINS	-	3
Outros	-	1
	<u>2.411</u>	<u>9.172</u>
Circulante	2.411	9.172
Não circulante	-	-
Total	<u>2.411</u>	<u>9.172</u>

- (ii) A Companhia ingressou com medida judicial em 2006 e obteve decisão favorável através da concessão de antecipação de tutela, para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS do exercício de 2001 a 2017. Em 2018, a Companhia obteve o trânsito em julgado dessa medida judicial. O reconhecimento do crédito foi feito em 2019 pelo método do ICMS destacado apurado a época e atualizado. Desde então o crédito é utilizado para compensação de outros tributos, sendo consumido em sua totalidade no exercício 2024.

11 Investimentos

a. Participações societárias

Descrição	Participação	31/12/2024	31/12/2023
Palma Sociedade de Crédito Direto S/A	40,17%	<u>1.592</u>	<u>1.524</u>
Total		<u>1.592</u>	<u>1.524</u>

b. A movimentação das participações societárias está assim demonstrada na controladora

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	<u>1.524</u>	-
Aporte de capital	-	1.330
Resultado da equivalência patrimonial	<u>68</u>	<u>194</u>
Saldo Final	<u>1.592</u>	<u>1.524</u>

12 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	9.395	7.244
Alíquota nominal vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL	(3.194)	(2.463)
Adições e exclusões com efeito sobre IRPJ e CSLL:		
Adições permanentes, líquidas de exclusões		
Multas, doações e despesas não dedutíveis	(157)	(203)
Lei do Bem	-	(564)
Royalties	(352)	-
Juros obtidos	573	319
Alienação de direito de uso	391	-
Outras adições permanentes	(46)	-
Adições temporárias, líquidas de exclusões		
Provisões de fornecedores	(2.782)	(287)
Provisões de contingências	402	507
Utilização crédito ICMS sobre base de cálculo PIS/COFINS	-	6.492
IFRS 16	1.632	3.032
Diferença de base de cálculo impostos diferidos	-	(1.781)
Royalties	(1.229)	46
Depreciação societária	(11.513)	(79)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	(1.700)	(2.805)
Outras adições temporárias	(338)	(81)
Despesa do IRPJ e da CSLL efetiva	(18.313)	2.133
Alíquota efetiva	195%	-29%
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Correntes	(1.302)	(6.523)
Diferidos	<u>(17.011)</u>	<u>8.656</u>
Total	(18.313)	2.133

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a Recolher		
Saldo anterior	8.810	6.571
Despesa com IRPJ	852	4.790
Compensação	(2.010)	(2.366)
Pagamentos	<u>(2.369)</u>	<u>(185)</u>
	5.283	8.810
CSLL a Recolher		
Saldo anterior	3.174	2.369
Despesa com CSLL	450	1.733
Compensação	-	(708)
Reclassificação para CSLL a compensar	100	-
Pagamentos	<u>(1.679)</u>	<u>(220)</u>
	2.045	3.174
Total IRPJ e CSLL	7.328	11.984

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

IRPJ/CSLL diferidos - Diferenças temporárias	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de fornecedores	-	8.181
Perdas em estoques de produtos varejo	1.356	3.536
Impairment	442	442
Provisão para contingências	9.096	7.915
Provisão dissídio	-	199
Depreciação de direito de uso CPC 06 (R2)	38.207	51.090
Provisão para bônus	7.473	6.087
Royalties	-	3.616
Depreciação Taxa Societária	-	20.537
Prejuízos fiscais e base negativa	8.476	13.479
Base de cálculo	65.050	115.082
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%
Total de imposto diferido	22.117	39.128

Esse registro é fundamentado na expectativa de lucros tributáveis futuros, projetados com base em premissas internas e cenários econômicos que eventualmente podem não se concretizar.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado

	31/12/2024	31/12/2023
Adições e exclusões temporárias	(45.029)	28.472
Prejuízos fiscais e base negativa	(5.003)	(3.013)
Base de cálculo	(50.032)	25.459
Alíquota combinada	34%	34%
Total	(17.011)	8.656

14 Outros ativos

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
(a) Contas a receber de serviços compartilhados	24	9.234	11.507
Outros valores a receber		358	158
Total		9.592	11.665

- (a) Referem-se aos valores a receber de serviços de mão de obra de profissionais empregados na Companhia da área Administrativa que atendem a demandas da Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda., a Empresa do Grupo que opera o Cartão CAEDU. A partir de janeiro de 2015, a Companhia passou a cobrar também a prestação de serviço de correspondente não bancário, por meio de compartilhamento de serviços executados pelos empregados que trabalham nas lojas da CAEDU, e as alíquotas desses serviços variam de 15% a 70% de acordo com o centro de custo.

A forma de cobrança, apuração e critérios de rateios das despesas correspondentes aos serviços mencionados foram formalizados através de contrato.

Os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, devido às condições específicas estabelecidas pela Administração para as transações em comum.

15 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	2024			2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitoria em terceiros	De 10% a 25%	138.942	(104.635)	34.307	28.745
Instalações	10%	47.271	(24.718)	22.553	13.934
Máquinas e equipamentos	10%	8.177	(5.803)	2.374	2.679
Móveis e utensílios	De 3,57% a 50%	22.010	(13.158)	8.852	7.474
Veículos	20%	658	(658)	-	-
Equipamentos de informática	20%	23.710	(18.935)	4.775	2.977
Aparelhos de comunicação	20%	1.676	(1.551)	125	284
Equipamentos de segurança	20%	3.441	(3.239)	202	329
Expositores e manequins	De 7,14% a 33%	26.021	(11.802)	14.219	8.920
Imobilizado em andamento		35.560	-	35.560	25.828
Total		307.466	(184.499)	122.967	91.170

Descrição	Taxa de depreciação	2023			2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitoria em terceiros	De 10% a 25%	125.774	-97.029	28.745	32.991
Instalações	10%	36.256	-22.322	13.934	7.379
Máquinas e equipamentos	10%	7.823	-5.144	2.679	3.431
Móveis e utensílios	De 3,57% a 50%	18.998	-11.524	7.474	8.097
Veículos	20%	658	-658	-	-
Equipamentos de informática	20%	20.500	-17.523	2.977	2.054
Aparelhos de comunicação	20%	1.676	-1.392	284	490
Equipamentos de segurança	20%	3.455	-3.126	329	513
Expositores e manequins	De 7,14% a 33%	18.874	-9.954	8.920	4.780
Imobilizado em andamento		25.828	-	25.828	14.763
Total		259.842	-168.672	91.170	74.498

CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.
*Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2024 e 2023*

A movimentação do ativo imobilizado do exercício de 2024 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Benfeitoria em terceiros	125.774	-	(2.847)	16.026	(11)	138.942
Instalações	36.256	-	(181)	11.564	(368)	47.271
Máquinas e equipamentos	7.823	-	(71)	425	-	8.177
Móveis e utensílios	18.998	-	(26)	3.033	5	22.010
Veículos	658	-	-	-	-	658
Equipamentos de informática	20.500	-	(125)	3.317	18	23.710
Aparelhos de comunicação	1.676	-	-	-	-	1.676
Equipamentos de segurança	3.455	-	(14)	-	-	3.441
Expositores e manequins	18.874	-	(284)	7.077	354	26.021
Imobilizado em andamento	25.828	59.966	-	(50.640)	406	35.560
	259.842	59.966	(3.548)	(9.198)	404	307.466
Depreciação						
Benfeitoria em terceiros	(97.029)	(8.041)	1.298	-	(863)	(104.635)
Instalações	(22.322)	(2.313)	71	-	(154)	(24.718)
Máquinas e equipamentos	(5.144)	(624)	33	-	(68)	(5.803)
Móveis e utensílios	(11.524)	(1.529)	-	-	(105)	(13.158)
Veículos	(658)	-	-	-	-	(658)
Equipamentos de informática	(17.523)	(1.292)	-	-	(120)	(18.935)
Aparelhos de comunicação	(1.392)	(142)	-	-	(17)	(1.551)
Equipamentos de segurança	(3.126)	(109)	10	-	(14)	(3.239)
Expositores e manequins	(9.954)	(1.783)	29	-	(94)	(11.802)
	(168.672)	(15.833)	1.441	-	(1.435)	(184.499)
Imobilizado Líquido	91.170	44.133	(2.107)	(9.198)	(1.031)	122.967

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Benfeitoria em terceiros	116.985	-	(170)	8.958	1	125.774
Instalações	27.207	173	(1.068)	9.960	(16)	36.256
Máquinas e equipamentos	7.825	-	-	-	(2)	7.823
Móveis e utensílios	17.512	92	(6)	1.397	3	18.998
Veículos	658	-	-	-	-	658
Equipamentos de informática	18.112	362	(21)	2.050	(3)	20.500
Aparelhos de comunicação	1.676	-	-	-	-	1.676
Equipamentos de segurança	3.454	1	-	-	-	3.455
Expositores e manequins	13.324	855	(10)	4.705	-	18.874
Imobilizado em andamento	14.763	37.784	-	(28.406)	1.689	25.828
	221.516	39.267	(1.275)	(1.336)	1.672	259.842
Depreciação						
Benfeitoria em terceiros	(83.994)	(13.037)	2	-	-	(97.029)
Instalações	(19.828)	(2.497)	3	-	-	(22.322)
Máquinas e equipamentos	(4.394)	(750)	-	-	-	(5.144)
Móveis e utensílios	(9.415)	(1.938)	-	-	(171)	(11.524)
Veículos	(658)	-	-	-	-	(658)
Equipamentos de informática	(16.058)	(1.486)	21	-	-	(17.523)
Aparelhos de comunicação	(1.186)	(206)	-	-	-	(1.392)
Equipamentos de segurança	(2.941)	(185)	-	-	-	(3.126)
Expositores e manequins	(8.544)	(2.307)	-	-	897	(9.954)
	(147.018)	(22.406)	26	-	726	(168.672)
Imobilizado Líquido	74.498	16.861	(1.249)	(1.336)	2.398	91.170

A movimentação do ativo imobilizado do exercício de 2023 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Benfeitoria em terceiros	116.985	-	(170)	8.958	1	125.774
Instalações	27.207	173	(1.068)	9.960	(16)	36.256
Máquinas e equipamentos	7.825	-	-	-	(2)	7.823
Móveis e utensílios	17.512	92	(6)	1.397	3	18.998
Veículos	658	-	-	-	-	658
Equipamentos de informática	18.112	362	(21)	2.050	(3)	20.500
Aparelhos de comunicação	1.676	-	-	-	-	1.676
Equipamentos de segurança	3.454	1	-	-	-	3.455
Expositores e manequins	13.324	855	(10)	4.705	-	18.874
Imobilizado em andamento	14.763	37.784	-	(28.406)	1.689	25.828
	221.516	39.267	(1.275)	(1.336)	1.672	259.842
Depreciação						
Benfeitoria em terceiros	(83.994)	(13.037)	2	-	-	(97.029)
Instalações	(19.828)	(2.497)	3	-	-	(22.322)
Máquinas e equipamentos	(4.394)	(750)	-	-	-	(5.144)
Móveis e utensílios	(9.415)	(1.938)	-	-	(171)	(11.524)
Veículos	(658)	-	-	-	-	(658)
Equipamentos de informática	(16.058)	(1.486)	21	-	-	(17.523)
Aparelhos de comunicação	(1.186)	(206)	-	-	-	(1.392)
Equipamentos de segurança	(2.941)	(185)	-	-	-	(3.126)
Expositores e manequins	(8.544)	(2.307)	-	-	897	(9.954)
	(147.018)	(22.406)	26	-	726	(168.672)
Imobilizado Líquido	74.498	16.861	(1.249)	(1.336)	2.398	91.170

Durante a adoção inicial das CPCs, a companhia contabilizou o custo atribuído (deemed cost) de seus bens imobilizados, pertencentes aos grupos de móveis e utensílios, veículos, expositores e manequins, conforme permitido pelo ICPC 10. Naquela ocasião, foi registrado um acréscimo no ativo imobilizado, com contrapartida no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)", cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$ 474.

Nos exercícios de 2024 e 2023, a administração não identificou qualquer indício que pudesse afetar o valor contábil desses ativos. Portanto, nenhuma provisão para impairment foi reconhecida.

16 Intangível

Descrição	Taxa de depreciação	2024		2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20%	19.143	(10.518)	8.625	1.249
Pontos comerciais	De 6,67% a 20%	14.561	(13.124)	1.437	360
Total		33.704	(23.642)	10.062	1.609

Descrição	Taxa de depreciação	2023		2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20%	11.687	(10.438)	1.249	605
Software em desenvolvimento		-	-	-	583
Pontos comerciais	De 6,67% a 20%	12.830	(12.470)	360	1.100
Total		24.517	(22.908)	1.609	2.288

A movimentação do ativo imobilizado do exercício de 2024 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Softwares	11.687	-	(11)	7.467	-	19.143
Pontos comerciais	12.830	-	-	1.731	-	14.561
	24.517	-	(11)	9.198	-	33.704
Depreciação						
Softwares	(10.438)	(80)	-	-	-	(10.518)
Pontos comerciais	(12.470)	(642)	-	-	(12)	(13.124)
	(22.908)	(722)	-	-	(12)	(23.642)
Imobilizado Líquido	1.609	(722)	(11)	9.198	(12)	10.062

A movimentação do ativo imobilizado do exercício de 2023 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Softwares	10.327	13	(1)	1.348	-	11.687
Software em desenvolvimento	583	12	-	(12)	(583)	-
Pontos comerciais	12.830	-	-	-	-	12.830
	23.740	25	(1)	1.336	(583)	24.517
Depreciação						
Softwares	(9.722)	(128)	-	-	(588)	(10.438)
Pontos comerciais	(11.730)	(1.047)	-	-	307	(12.470)
	(21.452)	(1.175)	-	-	(281)	(22.908)
Imobilizado Líquido	2.288	(1.150)	(1)	1.336	(864)	1.609

17 Direito de uso e arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros, de veículos e equipamentos de informática. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a Companhia optou que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identificar os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos trazer a valor presente os

pagamentos dos arrendamentos e registrar os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não rerepresentando exercícios anteriores para fins comparativos.

A Companhia entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), assim a taxa média foi de 9,85%.

Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Companhia se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pela Companhia.

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

a. Movimentação do ativo de direito de uso

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	200.510	220.667
Novos contratos	58.776	34.416
Remensuração	(8.356)	(466)
Pontos comerciais	1.684	800
Baixas	(4.786)	-
Amortização	(58.739)	(54.907)
Saldo Final	189.089	200.510

b. Movimentação do passivo de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	229.906	261.188
Novos contratos	58.776	34.416
Remensuração	(8.356)	(466)
Juros incorridos	28.430	19.073
Pontos comerciais	1.684	800
Baixas	(5.936)	-
Pagamentos de ponto comercial	(1.684)	(2.712)
Pagamento de principal	(53.937)	(62.816)
Pagamento de juros	(28.430)	(19.073)
Descontos	-	(504)
Saldo Final	220.453	229.906
Circulante	59.607	53.344
Não circulante	160.846	176.562
Total	220.453	229.906

c. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Vencimento	
2026	49.147
2027	43.302
2028	33.077
2029	12.792
Demais anos	<u>22.528</u>
Total	<u>160.846</u>

18 Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Taxa anual	Final	31/12/2024		31/12/2023	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Capital de Giro	CDI+2,75% a 3,63%	jul/28	24.923	41.488	62.078	69.911
Moeda estrangeira	CDI+2,46% a 4,15%	out/24	-	-	34.779	-
Total			<u>24.923</u>	<u>41.488</u>	<u>96.857</u>	<u>69.911</u>

A Companhia possui empréstimos com os bancos Safra, Santander, Bradesco, Votorantim entre outros.

A movimentação dos empréstimos dos anos de 2023 e 2024 estão representados a seguir:

2024	Principal	31/12/2023	Captação	Varição Cambial	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	31/12/2024
Modalidade								
Capital de giro	95.048	131.989	35.548	-	12.901	(12.853)	(101.174)	66.411
Moeda estrangeira	59.937	34.779	24.973	5.534	1.492	(1.990)	(64.788)	-
Total		<u>166.768</u>	<u>60.521</u>	<u>5.534</u>	<u>14.393</u>	<u>(14.843)</u>	<u>(165.962)</u>	<u>66.411</u>
2023								
Modalidade								
Capital de giro	214.047	75.172	114.900	-	19.383	(19.302)	(58.164)	131.989
Moeda estrangeira	34.964	36.879	-	(2.116)	2.232	(2.216)	-	34.779
Total		<u>112.051</u>	<u>114.900</u>	<u>(2.116)</u>	<u>21.615</u>	<u>(21.518)</u>	<u>(58.164)</u>	<u>166.768</u>

As garantias dos contratos de empréstimos, por modalidade são aplicações financeiras de R\$ 5.194 em 2024 (R\$ 21.595 em 2023) e recebíveis de cartões de crédito no montante de R\$ 8.711 em 2024 (R\$ 13.212 em 2023).

Os vencimentos anuais classificados como de longo prazo, em 31 de dezembro de 2024, são os seguintes, respectivamente:

2026	21.078
2027	14.679
2028	5.731
Total	<u>41.488</u>

19 Debêntures.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	16.697	4.137
Não Circulante	<u>178.750</u>	<u>46.000</u>
Total	<u>195.447</u>	<u>70.137</u>
Custo de Captação - Circulante	(430)	(339)
Custo de Captação - Não Circulante	<u>(2.363)</u>	<u>(649)</u>
Total	<u>192.654</u>	<u>69.149</u>

Em julho de 2024 a Companhia liquidou as debêntures emitidas em novembro de 2021 e realizou nova emissão no valor de R\$ 195.000 com vencimento até junho de 2031 a taxa de CDI + 3% e carência de 18 meses para o primeiro pagamento; com o intuito de melhorar a dívida líquida postergando ao longo prazo a dívida bancária existente e aumentar os investimentos com expansão das lojas Caedu.

A movimentação das debêntures dos anos de 2024 e 2023 estão representadas a seguir:

2024	Principal	31/12/2023	Captação	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	Baixas	31/12/2024
Modalidade								
Emissão	195.000	70.137	195.000	17.693	(17.383)	(70.000)	-	195.447
Custo de captação		(988)	(3.008)	-	-	-	1.203	(2.793)
Total		<u>69.149</u>	<u>191.992</u>	<u>17.693</u>	<u>(17.383)</u>	<u>(70.000)</u>	<u>1.203</u>	<u>192.654</u>
2023	Principal	31/12/2022	Captação	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	Baixas	31/12/2023
Modalidade								
1ª Emissão	70.000	90.253	-	13.696	(13.812)	(20.000)	-	70.137
Custo de captação		(1.325)	-	-	-	-	337	(988)
Total		<u>88.928</u>	<u>-</u>	<u>13.696</u>	<u>(13.812)</u>	<u>(20.000)</u>	<u>337</u>	<u>69.149</u>

A emissão das debêntures teve como garantia bens das empresas ligadas do Grupo Palma, sendo 25% em recebíveis de cartão da Administradora Palma.

Existência de cláusulas restritivas (covenants)

Dentre as cláusulas de compromisso do contrato de emissão de debêntures (covenants) existem cláusulas que preveem índices financeiros e de liquidez determinados entre as partes como:

- Dívida líquida / EBITDA;

2024	2025	2026	2027	2028+
≤ 2,50x	≤ 2,20x	≤ 2,15x	≤ 2,00x	≤ 1,75x

- Manutenção de balanços patrimoniais auditados;
- Restrição ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido da emissora.

A Companhia definiu percentuais semestrais de liquidação antecipada, podendo quitar as debêntures antes do seu vencimento.

No caso de descumprimento dessas cláusulas contratuais específicas, tal credor poderá, após a notificação do não cumprimento pela Companhia, exigir o vencimento antecipado das dívidas mantidas com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu as cláusulas definidas em relação aos índices financeiros.

Os vencimentos do longo prazo são representados da seguinte forma:

2026	32.071
2027	32.071
2028	32.071
2029	32.071
Demais anos	48.102
Total	176.387

20 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
(a) Fornecedores nacionais (reapresentado)	58.716	87.143
Fornecedores estrangeiros	24.651	17.927
	83.367	105.070

- (a) Em 2023 o saldo de fornecedores nacionais continha outras contas a pagar no montante de R\$ 33.535. O valor foi reapresentado na nota explicativa 23, conforme demonstrado na nota 1.2 – Retificação de erros.

21 Salários, férias e encargos sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	4.153	2.980
INSS a Recolher	4.996	4.073
FGTS a recolher	1.428	1.240
INSS retido s/ serviços PJ	270	157
Empréstimo consignado	153	127
Férias e provisão de férias	7.515	6.674
Provisões para bônus	7.473	10.622
IRRF sobre salários	749	899
Outros	84	46
	26.821	26.818

22 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS	31.133	-	28.899	-
COFINS	3.842	-	9.411	-
PIS	825	-	2.028	-
ISS	74	-	3	-
IRRF	-	-	(89)	-
Outros	10	-	(55)	-
	35.884	-	40.196	-
Parcelamentos				
ICMS	15.475	32.609	9.957	26.282
COFINS	1.010	3.569	934	4.242
PIS	219	775	203	921
	16.704	36.953	11.094	31.445
	52.588	36.953	51.290	31.445

A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (PIS e COFINS) e Estadual (ICMS) referente aos faturamentos de 2012 a 2019 e 2022 em processos de 24, 60 e 150 parcelas com término previsto para 2030.

23 Outros passivos

O saldo de outros passivos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 35.699 (R\$ 42.857 em 31 de dezembro de 2023 - rerepresentado) está composto principalmente por valores a pagar a prestadores de serviços de tecnologia, manutenção e reformas de lojas, aluguéis, condomínios, consumo de água, energia e internet. O saldo de 2023 rerepresentado contém o montante de R\$ 33.535, conforme demonstrado na nota 1.2 – Retificação de erros.

24 Partes relacionadas

a. Mútuos e empréstimos

	Finalidade	Taxa anual	Vencimento final	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
	GPO Logística a Armazém Geral Ltda.	100% CDI	mai/27	3.345	-
Total				3.345	-
Passivo					
	Empréstimos sócios	CDI+3%	jun/27	21.882	22.138
Total				21.882	22.138

Demonstramos abaixo a movimentação das partes relacionadas:

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Juros pagos	Juros provisionados	IOF	IR	31/12/2024
Ativo								
GPO Logística a Armazém Geral Ltda.	-	3.600	(494)	(8)	203	44	-	3.345
Total	-	3.600	(494)	(8)	203	44	-	3.345
Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Juros pagos	Juros provisionados	IOF	IR	31/12/2024
Passivo								
Empréstimos sócios (a)	22.138	-	(1.010)	(2.023)	3.079	-	(302)	21.882
Total	22.138	-	(1.010)	(2.023)	3.079	-	(302)	21.882
Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	Juros pagos	Juros provisionados	IOF	IR	31/12/2023
Passivo								
Empréstimos sócios (a)	18.808	-	-	-	3.330	-	-	22.138
Total	17.795	-	-	(2.089)	2.124	-	-	17.830

b. Demais partes relacionadas

Ativo circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023
(a) Contas a receber - cartões	7	132.141	114.559
(b) Outros ativos - Serviços compartilhados	14	9.234	11.507
(h) Empréstimo cedido a partes relacionadas	24	3.345	-
Passivo circulante			
(d) Repasse de faturas a pagar	23	(6.158)	(1.530)
(f) Aluguéis a pagar	23	(1.093)	(1.253)
(g) Conta vinculada cartões	24	(1.219)	-
Empréstimos sócios	24	(21.882)	(22.138)
Resultado			
(b) Despesas com serviços compartilhados	29	8.159	7.867
(b) Despesas com rateio de lojas e marketing	29	39.492	34.801
(c) Despesas com taxa administrativa do cartão caedu	29	(5.694)	(5.578)
(e) Receita de juros sobre mútuo e CSC	31	203	-
(e) Despesa de juros sobre mútuo	31	(3.079)	(3.330)

- (a) Vendas cartão Caedu - Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. com Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda. As transações proveem de vendas do cartão pertencentes à Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda. (Nota explicativa 7).
- (b) Serviços compartilhados com a Administradora de Cartões de Créditos Palma Ltda. (Notas explicativas nºs 14 e 29).
- (c) Taxa administrativa do cartão Caedu.
- (d) Recebimento de faturas a serem repassadas a Administradora de Cartões de Créditos Palma Ltda
- (e) Receita e despesa de juros sobre mútuo e serviços compartilhados.
- (f) Aluguel a pagar para Anppla Negócios e Propriedades Ltda.

- (g) Conta bancária vinculada aos recebíveis do cartão Caedu - Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. com Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda.
- (h) Mútuo cedido a empresa GPO Logística e Armazém Ltda.

c. Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi no montante de R\$ 4.753 (em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 5.422), registrados no grupo de despesas administrativas; e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos. A Companhia possui outros tipos de remuneração ao pessoal-chave da Administração de longo prazo, exceto tipos de remuneração tais como benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

25 Provisão para contingências

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2023	Provisão	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Provisão trabalhista	7.242	7.650	(7.242)	7.650
Provisão civil	476	13	(476)	13
Provisão tributária	197	1.433	(197)	1.433
	7.915	9.096	(7.915)	9.096

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2022	Provisão	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Provisão trabalhista	6.030	7.242	(6.030)	7.242
Provisão civil	386	476	(386)	476
Provisão tributária	10	197	(10)	197
	6.426	7.915	(6.426)	7.915

a. Contingências trabalhistas

A Companhia tem ações trabalhistas que são relacionadas principalmente a jornada de trabalho e verbas rescisórias, sendo classificadas como prováveis pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 7.650 em dezembro de 2024 (R\$ 7.242 em 2023), e R\$ 10.708 (R\$ 4.548 em 2023) classificadas como possíveis.

b. Contingências cíveis

A Companhia tem ações cíveis relacionadas a fraude de cartão, classificadas como prováveis pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 13 em dezembro de 2024 (R\$ 476 em 2023), e R\$ 2.992 (R\$ 423 em 2023) classificadas como possíveis.

c. Contingências tributárias

A Companhia tem contingências tributárias classificadas como prováveis no montante de R\$ 1.433 em dezembro de 2024 (R\$ 197 em 2023), classificadas como possíveis existe o montante de R\$ 23.073 (R\$ 24.052 em 2023).

Depósitos Judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais totalizavam R\$ 1.822 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.969 em 2023) foram considerados para fins de análise das provisões para contingências trabalhistas e cíveis.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 2024 e 2023 era de R\$ 47.545 (quarenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil) divididos em 47.545.470 ações no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os cotistas.

Quotistas	2024		2023	
	Nº Ações	Participação %	Nº Ações	Participação %
Gepalma Investimentos e Participações Ltda.	47.545.070	99,9992%	47.545.070	99,9992%
João Vicente da Palma	200	0,0004%	200	0,0004%
Luciano da Palma	100	0,0002%	100	0,0002%
Lucilene da Palma Pedroso	100	0,0002%	100	0,0002%
	47.545.470	100%	47.545.470	100%

b. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para bens do ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e do ICPC 10.

c. Reservas

(i) Reserva de capital

O valor de reserva de capital está à disposição dos acionistas para aumento de capital conforme deliberações futuras.

(ii) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, limitada até 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, em virtude do prejuízo acumulado, não houve aumento das reservas.

d. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoante a legislação societária brasileira, sendo registrado na rubrica “Dividendos a distribuir”. Em virtude do resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve distribuição de dividendos em função do prejuízo acumulado ao final do exercício.

27 Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Receita de venda de mercadoria varejo	978.517	902.722
Receita de venda de mercadoria atacado	16.824	25.004
Receita de venda de mercadoria e-commerce	7.754	9.659
Outras receitas	787	992
	1.003.882	938.377
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas e serviços	(241.657)	(224.747)
Devoluções e vendas canceladas	(42.996)	(43.216)
	(284.653)	(267.963)
Total	719.229	670.414

28 Custos dos produtos vendidos

Custo do serviço prestado	31/12/2024	31/12/2023
Custo das mercadorias vendidas	(353.036)	(331.176)
Perdas em estoques de produtos varejo	2.180	(3.599)
Custo de royalties	(1.037)	(3.616)
Outros custos de importação	(14.111)	(6.777)
Total	(366.004)	(345.168)

29 Despesas comerciais, administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, encargos e benefícios	(139.883)	(123.490)
Depreciação e amortização	(76.772)	(77.722)
Serviços de terceiros	(44.940)	(39.535)
Marketing	(18.764)	(16.892)
Ocupação	(26.389)	(18.879)
Impostos e taxas	(7.287)	(5.871)
Taxa administrativa	(8.240)	(7.661)
Materiais de uso e consumo	(3.825)	(4.884)
Manutenção	(2.124)	(3.095)
Contingências	(1.181)	(1.489)
Viagens e estadias	(4.549)	(3.863)
Taxas administrativa Administradora	(1.613)	(5.578)
(i) (-) Reembolso de serviços compartilhados	(5.694)	42.668
Descontos sobre arrendamento	-	504
Outras despesas	(3.554)	(4.171)
	(297.164)	(269.958)
Total de despesas comerciais	(265.577)	(237.643)
Total de despesas administrativas e gerais	(31.587)	(32.315)
	(297.164)	(269.958)

- (i) Conforme nota explicativa 24, o valor refere-se aos reembolsos realizados pela Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda., relativos aos serviços de mão de obra dos empregados da CAEDU da área Administrativa que também atendem às demandas da Companhia. Vale ressaltar de que tal operação é devidamente formalizada por meio de contrato, no qual consta quais despesas e critérios utilizados para rateio destas.

30 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Crédito retroativo PIS/COFINS	5.847	445
Baixa de direito de uso	1.150	-
Outras receitas	691	-
Vale troca não utilizado	470	396
Amostras	198	-
Recuperação de créditos baixados	35	-
Venda de sucatas	35	188
Recuperação de despesas	4	229
Perda com fornecedor estrangeiro	-	(101)
Sinistros	(7)	123
Outras despesas	(10)	-
Multas e autos de infração	(38)	(48)
Perdas de caixa	(160)	(175)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.886)	(481)
Total	6.329	576

31 Receitas (despesas) financeiras líquidas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	16.906	13.775
Rendimentos de aplicações financeiras	6.345	7.408
Variação cambial	2.760	10.526
Juros ativos	-	3
Juros sobre mútuo	203	
Rendimentos em operações com derivativos - Swap e 4131	7.631	2.793
Impostos sobre receita financeira	(1.451)	(1.115)
	32.394	33.390
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(28.430)	(19.073)
Juros sobre Empréstimos de financiamento	(14.403)	(21.615)
Variação cambial	(9.159)	(7.158)
Juros sobre operação de mútuo	(3.079)	(3.330)
Tarifas bancárias	(1.031)	(2.484)
Juros sobre debêntures	(17.693)	(13.696)
Juros sobre tributos	(7.028)	(5.476)
Descontos concedidos	(28)	(60)
Juros passivos	(118)	(197)
Multas Sobre pagamento em atraso	-	(14)
Demais despesas em operações com derivativos	(4.053)	(8.010)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(435)	(644)
Outras despesas financeiras	-	(447)
	(85.457)	(82.204)
Total	(53.063)	(48.814)

32 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As transações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, recursos em trânsito de terceiros, fornecedores e outras contas a pagar.

a. Classificação contábil e valores justos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição.

Os valores justos de empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (por exemplo: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.
*Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2024 e 2023*

2024				
Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Nível
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	6	5.826	5.826	2
Custo amortizado				
Contas a receber	7	160.791	160.791	2
Caixa e equivalentes de caixa	5	124.343	124.343	1
Outros ativos	14	9.592	9.592	2
Partes relacionadas	24	3.345	3.345	2
Total do ativo		303.897	303.897	
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	18	(66.411)	(66.411)	2
Debêntures	19	(192.654)	(192.654)	2
Fornecedores	20	(108.246)	(108.246)	2
Lucros a distribuir		(1.479)	(1.479)	2
Outros passivos	23	(35.699)	(35.699)	2
Partes relacionadas	24	(21.882)	(21.882)	2
Total do passivo		(426.371)	(426.371)	
2023				
Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Nível
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	6	31.826	31.826	2
Custo amortizado				
Contas a receber	7	139.272	139.272	2
Caixa e equivalentes de caixa	5	119.646	119.646	1
Outros ativos	14	11.665	11.665	2
Total do ativo		302.409	302.409	
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	18	(166.768)	(166.768)	2
Debêntures	19	(69.149)	(69.149)	2
Fornecedores (reapresentado)	20	(71.535)	(71.535)	2
Lucros a distribuir		(1.479)	(1.479)	2
Outros passivos (reapresentado)	23	(42.857)	(42.857)	2
Partes relacionadas	24	(22.138)	(22.138)	2
Total do passivo		(373.926)	(373.926)	

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

Os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), nível 2.
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis), nível 3. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantém apenas instrumentos financeiros no nível 2.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura dos negócios) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, e esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

(i) Risco de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	124.343	119.646
Contas a receber	160.791	139.272
Aplicações financeiras	5.826	31.826
Outras contas a receber	9.592	11.665
	<u>300.552</u>	<u>302.409</u>

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia restringe a exposição a risco de crédito associado a bancos e a caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Contas a receber de clientes

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de venda de mercadorias a uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 7, as contas a receber não possui risco de crédito.

Nas contas a receber, o prazo médio dos recebimentos dos cartões de terceiros e Adm. Cartão Palma é inferior a 58 dias, não existindo atrasos nos recebimentos durante o exercício, portanto não existem perdas por redução ao valor recuperável a ser reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023.

Aplicações financeiras

A Companhia restringe a exposição a risco de crédito associado a aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras com vencimento de longo prazo são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e dadas em garantia em operações de empréstimos. O resgate antecipado das aplicações está condicionado à quitação antecipada dos empréstimos.

(ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de a Companhia não poder cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital.

As principais fontes da Companhia derivam do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e partes relacionadas. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos, o que inclui o mas não se limita ao capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e reflete o fluxo financeiro da Companhia:

	2024			2023		
	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	124.343	124.343	-	119.646	-	-
Contas a receber	160.791	160.791	-	139.272	-	-
Aplicações financeiras	5.826	5.826	-	31.826	-	-
Outros ativos	9.592	9.592	-	11.665	-	-
Partes relacionadas	3.345	233	3.112	-	-	-
	303.897	300.785	3.112	302.409	-	-
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	79.833	31.859	47.974	273.659	76.402	197.257
Debêntures	303.444	45.414	258.030	120.549	33.812	86.737
Fornecedores (reapresentado)	83.367	83.367	-	71.535	71.535	-
Outros passivos (reapresentado)	35.699	35.699	-	42.857	42.857	-
Partes relacionadas	21.882	10.856	11.026	22.138	9.833	12.305
	549.104	232.074	317.030	530.738	234.439	296.299

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de juros e preços de ações – que irão afetar a receita da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração considerou que as operações mantidas pela Companhia em que indicam os juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. A Administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros a serem apresentados.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de a Companhia incorrer em perdas econômicas em função de mudanças adversas nas taxas de juros, que podem ser causadas por fatores relacionados a crises econômicas e mudanças na política monetária do mercado interno e externo. Essa exposição refere-se principalmente a variações nas taxas de juros de mercado que afetam os ativos e passivos da Companhia indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

Instrumento de taxa variável	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros			
Aplicações financeiras	5	114.796	110.213
Aplicações financeiras	6	5.826	31.826
Partes relacionadas	24	3.345	-
		123.967	142.039
Passivos Financeiros			
Empréstimos e financiamentos	18	66.411	166.768
Debentures	19	192.654	69.149
Partes relacionadas	24	21.882	22.138
		280.947	258.055

A Administração da Companhia realizou uma análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), visando demonstrar o impacto da variação das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando as seguintes taxas de juros para os próximos 12 meses:

- CDI de 15,86% a.a., com base na curva de juros futura (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão).

Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa efetiva a.a. em 2024	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1-Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	114.796	CDI	15,86%	18.207	22.759	27.311	13.655	9.104
Aplicações financeiras	5.826	CDI	15,86%	924	1.155	1.386	693	462
Partes relacionadas	3.345		15,86%	531	664	797	398	266
	120.622			19.662	24.578	29.494	14.746	9.832
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	66.411	CDI	15,86%	10.533	13.166	15.800	7.900	5.267
Debentures	192.654	CDI	15,86%	30.555	38.194	45.833	22.916	15.278
Partes relacionadas	21.882	CDI	15,86%	3.470	4.338	5.205	2.603	1.735
	280.947			44.558	55.698	66.838	33.419	22.280

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa efetiva a.a. em 2023	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1-Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	110.213	CDI	10,09%	11.120	13.900	16.680	8.340	5.560
Aplicações financeiras	31.826	CDI	10,09%	3.211	4.014	4.817	2.408	1.606
	142.039			14.331	17.914	21.497	10.748	7.166
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	166.768	CDI	10,09%	16.827	21.034	25.241	12.620	8.414
Debentures	69.149	CDI	10,09%	6.977	8.721	10.466	5.233	3.489
Partes relacionadas	22.138	CDI	10,09%	2.234	2.793	3.351	1.676	1.117
	258.055			26.038	32.548	39.058	19.529	13.020

Risco de taxas de câmbio

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistema de controles de limites de exposições a esses riscos. A Administração da Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito à variação nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados, advindas dessas variações. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no fim dos contratos.

As operações de *swap* feitas pela Companhia têm o objetivo de proteção contra o risco de taxa de câmbio nas importações. A contratante é instituição financeira de primeira linha que atua no mercado (Banco Itaú).

A Companhia não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

Instrumentos financeiros derivativos

Em outubro de 2022, a Companhia captou empréstimos que estão protegidos com uma operação de SWAP pelo montante de R\$34.964, com vencimento em abril de 2024, apresentados com os demais empréstimos na nota explicativa 17.

Ganhos e perdas em operações com derivativos

Segue a movimentação dos ganhos e perdas com derivativos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	Swap	Swap
Ganho de derivativo	7.631	2.793
Perda de derivativo	<u>(4.053)</u>	<u>(8.010)</u>
Total	<u>3.578</u>	<u>(5.217)</u>

33 Eventos subsequentes

No dia 8 de janeiro de 2025, a companhia inaugurou um novo centro de distribuição na cidade São Roque, em São Paulo, com o objetivo de otimizar a distribuição de produtos para as lojas e aprimorar a eficiência operacional.

* * *

Lucilene da Palma Pedroso
Presidente

Aldemir Vicente de Lima
Diretor administrativo, financeiro e soluções financeiras

Elizabeth da Silva França
Contadora - CRC 1SP225542/O-7